

EM DEFESA DO

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Vamos erguer barricada para impedir o avanço da maior onda de privatizações do Brasil!

“Têm empresas que vão ser privatizadas que vocês nem suspeitam ainda”, afirmou o ministro da Economia do Governo Bolsonaro, Paulo Guedes, sobre a inclusão de uma nova empresa no programa de privatizações. O alvo da vez são os Correios, que não estavam na lista da Secretaria Geral de Desestatização e Desmobilização, criada no atual governo.

O programa de privatizações e concessões, uma das principais promessas de campanha de Jair Bolsonaro (PSL), está em andamento e, só não avança intensamente, porque a prioridade do governo ainda é a reforma da previdência. Até agora, foram vendidos 12 aeroportos, 6 terminais portuários, o trecho sul da Ferrovia Norte Sul, ativos estratégicos para a logística e o desenvolvi-

mento do país.

Guedes pediu às agências reguladoras informações sobre concessões nas áreas de petróleo, mineração e energia. O objetivo é levantar R\$ 75,3 bilhões. Já o Programa de Parceria de Investimentos (PPI) enviará aos ministérios que possuem estatais, os planos que incluem privatização, liquidação e extinção.

O governo Bolsonaro planeja privatizar ou liquidar cerca de 100 empresas estatais, um reflexo dos planos para reduzir o tamanho do Estado. Recuou somente do fechamento da EPL, a estatal do trem bala, e da EBC, o conglomerado de mídia. Se Bolsonaro vender 100 estatais, estará abrindo mão de mais de 70% desse patrimônio brasileiro.

O debate das privatizações se assemelha ao debate sobre a reforma



da previdência e os cortes nos gastos públicos, que inclui o congelamento dos salários dos servidores e o fechamento de órgãos.

O fato é que as medidas tomadas pelo governo em absolutamente nada tem melhorado a situação econômica do país. Ao contrário, os dados, divulgados pelo Tesouro Nacional no dia 29 de abril mostram que o rombo de R\$ 21,108 bilhões em março é o segundo pior desde 1997. A maior parte do saldo negativo é falsamente atribuído à Previdência, claramente, uma jogada para subsidiar a defesa da reforma que vai impedir os trabalhadores de se aposentar para manter o lucro dos bancos. Enquanto isso, os empresários devem mais de 450 bilhões à Previdência.

O déficit não será resolvido, nem com as privatizações, nem com a reforma da previdência e isso já ficou claro nos últimos governos.

Por quê vender o Brasil, capitalizar as estatais e a previdência não resolve? Porque o rombo é causado pela política recessiva, que vem sido aprofundada, e que desempregou 12 milhões de brasileiros, e pelo pagamento da dívida pública, com seus juros e amortizações, que consome quase 50% do orçamento geral da União e só aumenta.

Se o país for na linha de Paulo Guedes, de “tem que ir tudo”, em breve, não terá mais o que vender, mas a dívida continuará consumindo o que deveria ser destinado para garantir os direitos do povo.

VENDA DAS ESTATAIS

Segundo projeção do Tesouro Nacional, o governo arrecadaria R\$ 802 bilhões se vendesse todas as estatais e suas subsidiárias - o que não pagaria nem 1/3 da dívida pública federal: R\$ 3,873 trilhões. O cálculo do ministro é de R\$ 1,25 trilhões, ou seja, não faz tanta diferença.



Jair M. Bolsonaro
@jairbolsonaro

Seguindo

No Brasil as privatizações visam o combate à corrupção bem como a geração de renda e empregos. Seguimos o prometido durante a campanha: tirar do Estado tudo o que puder ser administrado pela iniciativa privada.

Desde a campanha o presidente descartou a venda da Petrobrás e dos bancos públicos, consideradas empresas estratégicas e “joias da coroa”. Mas, a privatização completa não está descartada, apenas adiada. Por enquanto, as “joias” estão sendo fatiadas.



ELETROBRÁS: Brasileiros podem ficar no escuro

Desde 2016, a União conseguiu privatizar sete distribuidoras de energia que pertenciam à Eletrobrás. Porém, a única que rendeu bônus para a União foi a Celg, de 2,2 bilhões de reais.

Temer tentou privatizar a Eletrobrás, mas a pressão parlamentar e a própria crise política impediu que o projeto enviado ao Congresso caminhasse. A expectativa, na época, era arrecadar em torno de R\$ 12

bilhões com a venda.

Em 2018, foram privatizadas seis distribuidoras nos estados do Acre, Roraima, Amazonas, Piauí, Rondônia e Alagoas, que foram federalizadas na década de 1990. Todas foram entregues praticamente de graça.

As distribuidoras foram vendidas em leilões, a maioria pelo lance mínimo, algumas sem que as empresas oferecessem desconto na tarifa

ou pagamento de outorga à União para a obtenção da concessão, com preço de venda simbólico de míseros R\$50 mil cada.

Os novos concessionários terão que fazer R\$ 2,4 bilhões em investimentos imediatos. Cumprida esta etapa, a privatização da Eletrobrás pode garantir R\$ 12,2 bilhões aos cofres do governo federal. Um valor irrisório já que, somente de ativos, a empresa acumulava R\$ 170 bilhões de reais.

Bolsonaro, que durante a campanha se posicionou contra a venda do “miolo” (parte de geração de energia) da estatal, já cogita a privatização completa. O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse, no dia 21 de março, que o governo trabalha para concluir a privatização da Eletrobrás após a votação da reforma da previdência. A previsão é seguir com o processo de capitalização e definir o modelo até junho.

Independentemente do modelo, a privatização da Eletrobrás precisa passar pelo Congresso. A lei de criação da empresa deixa claro que a União precisa ter, no mínimo, 50% das ações na estatal.

A desestatização das distribuidoras da Eletrobrás já tem consequências graves, a exemplo das demissões dos trabalhadores concursados e a mudança em sua função social: se antes tinham o importante propósito de levar energia elétrica para o desenvolvimento; agora, a prioridade das empresas é ganhar dinheiro e dividendos para os acionistas. Além disso, a desestatização não resolveu o problema das quedas de energia e apagões.

A privatização total da Eletrobrás causará o aumento na conta de luz e a precarização do serviço para a população. Estudos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) apontam um reajuste de aproximadamente 20% na conta de luz.



PETROBRÁS: Uma empresa do povo brasileiro

No caso da Petrobrás, maior empresa do país, o Governo Federal aponta que vai seguir a privatização de dentro para fora, através das terceirizações, venda de refinarias, dos leilões do pré-sal e da quebra do monopólio da estatal no refino, transmissão de gás e distribuidores.

No mês de abril, o presidente Jair Bolsonaro admitiu que o governo pode caminhar para a privatização da Petrobrás, mas o ministro Paulo Guedes negou que a equipe econômica estuda a venda da companhia para o setor privado.

A Petrobrás já havia colocado à venda suas refinarias no Sul e no Nordeste. A ideia era vender 60%, ou seja, o controle, e ficar somente com 40%. Parou o processo por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no ano passado e, desde



janeiro, retomou a venda de refinarias e da malha de gasodutos nas regiões Norte e Nordeste, amparada por um parecer da Advocacia Geral da União (AGU).

A reserva petrolífera do Brasil tem potencial de se tornar a tercei-

ra maior do mundo, ficando atrás apenas da Arábia Saudita e da Rússia. Seu custo de produção, em larga escala, é um dos mais baixos. É evidente que as grandes multinacionais e o imperialismo têm todo interesse nos leilões do pré-sal.

Bolsonaro pretende vender por R\$ 33 bilhões a exploração de uma área que pode render R\$ 500 bilhões ao país. Trata-se do óleo excedente da área na qual a Petrobrás detinha a cessão onerosa, no pré-sal.

A venda das refinarias tornam o Brasil dependente das oscilações do preço dos derivados do petróleo no mundo. Isso, além de elevar o valor do combustível no país, aumenta, também, o preço de todos os produtos transportados através da malha rodoviária, principalmente alimentícios. Deste modo, provoca outra crise, como foi constatado durante a greve dos caminhoneiros no ano passado. Quem votou em Bolsonaro pela redução do preço da gasolina, se ainda não se arrependeu, vai se arrepender amargamente.

CORREIOS: Privatização provocará aumento dos preços, piora dos serviços e fim das entregas nas cidades pequenas

Jair Bolsonaro anunciou, no dia 26 de abril, por meio de sua conta pessoal no Twitter, que o governo está estudando a privatização dos Correios. De acordo com o presidente, a estatal “foi o início do foco de corrupção com o mensalão”, escândalo que aconteceu entre 2005 e 2006, no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A empresa precisou passar por uma reestruturação após a popularização do comércio virtual, o e-commerce, quando as demandas aumentaram e houve quatro anos seguidos

de prejuízos (2013 à 2016). Apesar da mudança, a estatal ampliou o investimento em tecnologia e retomou o lucro em 2017 e 2018. Além disso, chegou ao patamar de 99% da qualidade do serviço ao entregar quase todas as encomendas no prazo correto.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) completou 50 anos de fundação no dia 20 de março de 2019. Nos últimos anos, vem enfrentando um processo de sucateamento e aumento das terceirizações de seus serviços, sem a manutenção da mesma eficiência - algo comum em empresas na mira da privatização, pois serve de pretexto para serem vendidas.

Em entrevista ao jornal “Valor Econômico”, o presidente dos Correios, Juarez Aparecido de Paula Cunha, afirmou que foi noticiado através das mídias tradicionais, ou seja, até o



momento não houve conversa entre os presidentes. Além disso, para ele a venda da empresa pública federal poderá resultar no mesmo incidente de quando a Argentina privatizou o serviço postal. “A Argentina privatizou e teve que retomar porque não deu certo. O Brasil é um país muito maior. Tenho quase certeza que esta decisão pode causar problema,” afirma Cunha.

Isso porque uma parte das operações da ECT é lucrativa - o setor de logística e entrega de produtos comprados pela internet - e, consequentemente, teria potencial para atrair um comprador privado, mas a outra parte - distribuição de correspondência, serviços de comunicação prestados a pequenas localidades, por exemplo - só dá lucro em 7% dos municípios.



Caixa Econômica Federal, loterias e Banco do Brasil

A Caixa Econômica Federal terá o seu tamanho reduzido no governo Bolsonaro, apesar de não ser oficialmente privatizada. O objetivo é arrecadar dinheiro para pagar dívidas e também deixar o banco mais enxuto, para focar em suas principais áreas de atuação, o microcrédito e o financiamento imobiliário. Assim como a Caixa, o Banco do Brasil também deve vender alguns imóveis e privatizar subsidiárias.



Aeroportos, portos e ferrovias



O governo leilou 12 aeroportos, 6 terminais portuários e uma ferrovia e vem sinalizando que, dentro de três anos, todos os aeroportos em

poder da União serão concedidos para a iniciativa privada e a Infraero, estatal que gerencia os aeroportos, será fechada.

Não à liquidação do patrimônio público!

Entregar empresas estratégicas para o país nas mãos do capital privado trará consequências extremamente negativas para as trabalhadoras e os trabalhadores brasileiros. Significará encarecimento dos preços dos combustíveis e da energia, aumento de juros e financiamentos e, sem dúvida nenhuma, mais desemprego e trabalho precário.

Com a privatização total, o lucro das empresas deixa de entrar no

caixa do governo, através de dividendos. Se a arrecadação diminuir, o rombo vai explodir. As terceirizações substituirão os concursos, oferecendo salários menores e péssimas condições de trabalho. Por fim, o governo vai perder a capacidade de investimento e de interferência política na economia do país.

Sem a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, a Petrobrás e a Eletrobrás (essas duas últimas, respectivamente, maiores empresas



de petróleo e de energia da América Latina) nas mãos, o país estará sem controle, sem soberania. As riquezas brasileiras serão exploradas pelas grandes potências mundiais e os trabalhadores também. É como voltar a ser uma colônia.

Neste ano de 2019, importantes ações unificadas já foram realizadas, a exemplo dos dias 8, 14 e 22 de março e o 1º de maio. É preciso seguir com essa unidade em pontos

consensuais, como contra a reforma da previdência e as privatizações, em defesa dos serviços públicos e contra as opressões, construindo e participando das ações dessas pautas que se combinam.

Acompanhe o Sindsef-SP no Facebook: @sindsefsp e no site: www.sindsef-sp.org.br e fique por dentro das atividades de mobilização e luta para barrar os ataques do governo!

